

1980

JANEIRO

## ESCLARECIMENTO

Boletim de Trabalhadores para Trabalhadores

### CARTA ABERTA A - MARIA DE LURDES PINTASILGO

Ao iniciarmos esta nossa carta, lembramos e lembramos-lhe o que escrevemos no nosso Boletim de Setembro de 1979: "... Gostamos sinceramente de ouvir os discursos da Sr<sup>a</sup> Eng<sup>a</sup> Maria de Lurdes Pintasilgo. Algumas medidas do seu governo, merecem na realidade o nosso apoio. Mas hoje, mantemos a pergunta que a nós próprios fizemos logo na altura das suas primeiras palavras: Chega? Hoje temos que responder que não. E pensamos que não porquê? Porque achamos que a desfaçatez reaccionária, a poluição em certos órgãos do aparelho de Estado, a dinâmica muitas vezes negativa da classe politica e a persistente não correcção de certos sectores de esquerda politico-sindical, não se compadecem com boas intenções que, quando não acompanhadas de medidas efectivas, podem conduzir a falta de firmeza, a impotência e à ambiguidade".

Hoje, passados quasi quatro meses, quatro meses que encerram factos importantes para a vida do País e dos trabalhadores e até, em particular para a vida da Sr<sup>a</sup> Eng<sup>a</sup>, temos que concluir a razão de que escrevemos nessa altura. Bem seria que nos tivéssemos enganado, congratular-nos-íamos com o nosso erro de análise.

Denunciou a Sr<sup>a</sup> Eng<sup>a</sup> o seu gosto de estar na rua a contactar com as pessoas e ouvir queixas e aspirações, e sentir a criatividade popular, mas não soube a Sr<sup>a</sup> Eng<sup>a</sup>, como primeiro ministro, assumir-se em plenitude e dar na sua especifica qualidade, continuidade e concretização mais ampla a esse contacto, a essas queixas, a essas aspirações e a essa criatividade. Contava a Sr<sup>a</sup> Eng<sup>a</sup> com a vitória da "AD". Não só transmitiu este pensamento a Marcel Niedergang como também a outros níveis e noutros momentos. Contava com a vitória da "AD", não por razões lidas nos contactos com o povo trabalhador, mas sim pelo desgaste do Partido Socialista, no anti-comunismo e na aplicação do método de Mondt. Mas como primeiro ministro não fez tudo o que podia e o que devia, aplicando e traduzindo o que o povo lhe exprimia para contrariar ou dificultar, como lhe competia dentro de toda a legalidade e legitimidade evidentemente, essa vitória contra o povo e contra a maioria. Concedeu finalmente a Sr<sup>a</sup> Eng<sup>a</sup> à "AD" o beneficio da duvida, quando reconhecia que a lógica própria do sistema capitalista que está na base da "AD" é uma lógica sempre de imitação que não tem em linha de conta a própria transformação da vida.

Lembramos-lhe novamente o que escrevemos em Setembro de 1979.

Hoje, como pessoas que somos e como trabalhadores que somos, acrescentamos-lhe: as qualidades ou inqualidades que reconhecemos na Sr<sup>a</sup> Eng<sup>a</sup>, não poderão ser julgadas de uma forma independente da sua condição de pessoa, de mulher ou de primeiro ministro, assim como independente da nossa condição de homens, mulheres ou trabalhadores. As qualidades que lhe reconhecíamos e reconhecemos como pessoa e mulher foram insuficientes e por vezes até, em parte negaram a condição de primeiro ministro que os trabalhadores requeriam. Dar a outra face quando nos katen, pode ser uma boa actuação como católica, mas nunca ou quasi nunca como primeiro ministro de um país que é Portugal. Porque, as bofetadas que





Sr<sup>a</sup>Eng<sup>a</sup> levou como primeiro-ministro e continua a levar como pessoa, doem não só a católicos mas sim à grande maioria do povo trabalhador e a todas as pessoas com um mínimo de bom senso. Não só a nível do País, mas também a nível internacional, dadas as suas e nossas responsabilidades, por exemplo da UNESCO.

Onde está agora a sobre-valorização do interesse nacional sobre o que é partidário, tão anunciada pelos senhores Sá Carneiro e Freitas do Amaral?

Está agora a ver a Sr<sup>a</sup>Eng<sup>a</sup> que por vezes não se pode ser tão bom como gostaríamos? E muito mais assim quando as responsabilidades dos nossos actos caem ou aparecem refletidos não só em nós como em milhões e milhões de pessoas.

De qualquer forma, Sr<sup>a</sup>Eng<sup>a</sup>, nós trabalhadores, continuamos a não aceitar a responsabilidade ou a co-responsabilidade em actos que para além de partidários e revanchistas que não perfilhamos, são actos de estupidez e tacanhez política que não retratam os trabalhadores ou o País.

Reforce a sua experiência com a lição que decerto não deixará de aprender. Portugal e as comunidades internacionais precisam de si.

Aceite Sr<sup>a</sup> Eng<sup>a</sup> o nosso apoio, a nossa colaboração e os nossos cumprimentos de respeito e amizade.

P<sup>o</sup>lo "ESCLAECIMENTO"

Boletim de Trabalhadores para Trabalhadores

Reis

(Maria de Lourdes Reis)

## Fundação Cuidar o Futuro

### CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA

#### Art<sup>o</sup> 138<sup>o</sup>

Compete ao Presidente da República,  
nas relações internacionais:

- a) Nomear os embaixadores e os enviados extraordinários sob proposta do governo e acreditar os representantes diplomáticos estrangeiros.

DEFENDER E CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO E NÃO SÓ ATENDER A  
SUA LETRA MAS TAMBÉM AO SEU ESPÍRITO. DE OUTRO MODO  
PODE SER SUBVERTIDA.



## A MULHER, A PROFISSÃO A FORMAÇÃO



A permanente desigualdade da situação da mulher no emprego, constitui uma afronta à justiça social e um inquietante fracasso nas tentativas para desenvolver o potencial humano da sociedade. Não obstante a aceitação do princípio de não descronização, não foi sempre seguida a adopção de medidas para promover uma verdadeira igualdade e vencer os preconceitos e mais obstáculos que dificultam o emprego das mulheres.

As tradições, os preconceitos e o grande aproveitamento especulativo da mão de obra feminina assim como o desequilíbrio da estrutura e o nível de vida que se pode atribuir às deficiências na educação e formação das mulheres, limitando as perspectivas práticas de emprego para as mulheres de certos sectores e a certos níveis de qualificação profissional. Podemos assim obter, como resultado um maior numero de mulheres que de homens a prepararem-se para exercer profissões que não exijam grande qualificação e especialização.

Segundo dados obtidos, verifica-se que uma parte de mulheres envereda pelos sectores de serviços: um total de cerca de 63,5% (escritórios 40%, comércio 39,2%, educação 70,5%, semi-serviços 51%), ou então por um sector que não exija especialidade: são mais de metade no sector textil. No sector agrícola, as mulheres são mais de 47,8% dos trabalhadores.

A dupla função que a grande parte das mulheres exerce (responsabilidades familiares e as tarefas caseiras) originaram o aspecto altamente negativo da falta de interesse, motivado pelo cansaço, tempo para continuar a aprendizagem profissional. A mulher é quasi sempre vista como esposa e mãe em potência e por se esperar ser esse o seu principal papel é considerada como participante temporária no mercado de trabalho, para quem o salário é apenas um apoio aos outros rendimentos da família.

Grande numero de mitos acerca da mulher como trabalhadora têm sido eliminados pela sua prática, quer no sector profissional quer no campo sindical. No que diz respeito à existência dum indice mais elevado de absentismo de mulheres registado em determinadas empresas, os estudos realizados sugerem que estes indices podem muito bem estar relacionados com a situação de inferioridade para que são relegadas as mulheres na estrutura profissional e ainda com o facto de que, na sua grande maioria, ocupam postos que exigem poucas qualificações ou responsabilidades.

Podem fazer-se leis que estabeleçam que as mulheres devem receber uma remuneração igual por um trabalho igual, mas parece-nos que será necessário uma sensibilidade e mentalidade em todos nós para que a avaliação de um trabalho igual se traduza numa real igualdade. A legislação que estabelece a igualdade de remuneração é essencial, mas constitui somente o começo.

A consagração dos principios de igualdade na Constituição da República Portuguesa (art.º 13.º) é uma das grandes conquistas alcançadas, mas outras perspectivas se podem alcançar no sentido de melhorar as condições de trabalho da mulher e sobretudo na perspectiva da sua dignificação profissional.

Reconhecer somente e na generalidade os factores fundamentais do tratamento da mulher trabalhadora na sociedade capitalista, parece-nos insuficiente. Devemos apontar para meios de correcção e transformação. Assim, na generalidade uma dos factores fundamentais no que respeita à promoção de igualdade e de oportunidade para as mulheres trabalhadoras é o conteúdo e a duração do ensino básico e da orientação e formação profissional da juventude bem como a formação e reciclagem posteriores das mulheres trabalhadoras.

É pois necessário adoptar medidas concretas para eliminar a discriminação baseada no sexo e promover o acesso das jovens e das mulheres trabalhadoras a uma orientação e a uma formação para o futuro.

Por outro lado deverá intensificar-se a luta contra a discriminação de que são objecto e promover a igualdade de oportunidade e de tratamento.

As medidas destinadas a estes principios devem compreender campanhas de edu-



cação e de formação de modo a criar um comportamento social mais positivo e uma opinião pública mais favorável no que respeita ao seu emprêgo a um nível que corresponda plenamente às suas qualificações e conhecimentos.

Por outro lado, devem criar-se condições de molde a que as entidades patronais reconheçam as suas qualidades como trabalhadoras em lugar de sustentar o seu valor profissional pelo simples facto de serem mulheres.

Aos sindicatos cabe um papel preponderante: promover a execução de programas para criar igualdade de oportunidades, definir os problemas e propôr a análise e analisar prioridades.

Para que tais objectivos sejam alcançados, cada vez se torna mais necessária a participação da mulher nas suas organizações de classe, de modo a se integrarem cada vez mais, na luta de todos os trabalhadores pela sociedade sem classes; a sociedade socialista.

Pela importância de que se reveste a intervenção da mulher no campo sindical e do Movimento Sindical em relação à mulher, abordaremos este terna específico num outro numero.

#### ALMAS DE OUTRO MUNDO

Chegaram os do bolôr  
bafios e nufiosos  
ainda cheios de horror  
e com ar de manhosos

Que cheiro a naftalina  
que odor pestilento  
com ar de quem ensina  
sua história a novo vento

São cegos senhores  
só não mudámos o letreiro  
não é terra de impostores  
não é o vosso apedeireiro

Que ides fazer vagabundos?  
que o rio nasça na foz?  
que o céu seja no mar os fundos?  
ou ressuscitar vossos avós?

Tomai cuidado criaturas  
não nanden o machibombo partir  
ou regressar pelas alturas  
quando fôr hora de sair?

Pasnados de boca aberta  
olham campos que não conhecem  
admirados ficam alerta  
onde havia nato frutos crescem

Com as mãos assustadas  
não saem de suas alas  
aconselham-se amedrontados  
não vão desfazer as malhas

Calma, calma viajantes  
nada de precipitações  
vós que sois os de antes  
procurem outras estações

Contudo não perca tempo  
os avôzinhos vão acalando  
pouco a pouco vão morrendo  
ou então vão-se natando

Vossa vida dois dias são  
velhotes vamos a rir  
hoje dormem na estação  
amanhã será partir.



A BANCA NACIONALIZADA OU A TELESCIA DE NICO  
PRESPAL CONTAS SOELE A COISA PUELICA



No nosso Boletim de Setembro de 1979, escrevemos: "... Na Banca, depois de se detectarem e denunciarem fraudes e prenderem alguns autores, libertam-se os mesmos com insignificantes cauções e vem o Ministro das Finanças reafirmar a sua confiança em Conselhos de Gestão face a acusações que o mesmo ministro diz serem infundadas e de origem partidária. Tudo isto, quando o govêrno está de posse de factos provados que nem sequer são de origem partidária. Que Finanças? que Portugal? que Abril? que palhaçada?"

Agora, voltamos novamente a este assunto, voltamos e voltaremos, por várias razões que importa considerar e justificar:

- 1- Integram o nosso Boletim, como responsáveis e colaboradores, trabalhadores profissionais bancários, que negam e negarão sempre e firmemente dar qualquer cobertura cúmplice, mesmo que pelo simples silêncio a todo e qualquer acto de corrupção ou de gestão inconstitucional da Banca.
- 2- Todos os responsáveis e colaboradores do nosso Boletim, activistas sindicais, homens e mulheres de vários sectores de actividade, não aceitarão nunca preverterem-se, tairam-se entre si ou trairem no minimo sequer, os interesses dos trabalhadores que sempre defenderam e defenderão.
- 3- Todos os responsáveis e colaboradores do nosso Boletim, não se vergarão, não se intimidarão, não se venderão (seja por que preço fôr, é bom citar), a interesses estranhos aos trabalhadores portugueses e ao País.
- 4- Todos os responsáveis e colaboradores do nosso Boletim, são defensores intransigentes da Constituição, exigem de qualquer govêrno o seu exemplar cumprimento e apelarão sempre que julguem oportuno aos órgãos de soberania, garantes do seu cumprimento.
- 5- Os responsáveis e colaboradores do nosso Boletim, trabalhadores de vários sectores de actividade, sobrepõem nesta, como em todas as suas acções, a sua consciência de classe, a sua condição de proximidade ou independência a todo e qualquer partido ou organização politica.

Explicados e esperamos que, de uma vez por todas, estes pressupostos, vamos mesmo voltar ao assunto.

Para além da acção do Movimento Sindical amplo ou no sector específico ou da acção das Comissões de Trabalhadores, ou ainda da acção de alguns partidos politicos que sobre o problema têm tomado posição, acções essas que podem merecer e merecem a nossa critica positiva ou negativa ou até num ou outro aspecto ou caso específico o nosso completo desacôrdo, e isto aspecto talvez tenhamos que vir a tratá-lo em momento e artigo oportuno, o que é facto é que tantos estes órgãos como até muitos trabalhadores se organizaram de uma ou outra forma contra o que desde há algum tempo se vem passando na Banca, onde a corrupção a vários níveis de gestão se tem instalado e onde essa corrupção ou má gestão implica verbas e actos que têm vindo a delapidar a economia nacional, pondo em causa o desenvolvimento de pequenas e médias empresas, postos de trabalho da Banca ou doutros sectores, favorecendo estretanto interesses que nada têm a vêr com o País e interesse nacional. Corrompendo e tentando destruir ou enfraquecer a Banca Nacionalizada, para que a banca privada possa vir a ter entrada facilitada, numa atitude que para além de ser inconstitucional é anti-patriótica.

Os trabalhadores e os seus órgãos denunciaram fraudes e má gestão que custam ao país verbas astronómicas, os trabalhadores e os seus órgãos denunciaram as marginalizações e perseguições de que são alvo os trabalhadores mais interessados e próximos destes processos.

Como é que o govêrno, o ministério das finanças e os conselhos de gestão têm respondido? Com silêncio, com reafirmação de confiança nos conselhos de gestão, com repressão e inquéritos aos trabalhadores, com proibição inconstitucional do controle de gestão, com interrogatórios policiaes sobre



assuntos que só aos trabalhadores dizem respeito ou com acções que visam a desnobilização ou a marginalização de trabalhadores.

Paralelamente assiste-se à promoção em flecha, de colaboradores ou de cúmplices nos processos de corrupção ou má gestão.

Temos anotado respostas (?) do ministério das finanças que dizem não ter que responder às exposições feitas pelos trabalhadores e seus órgãos, por elas serem infundadas e de índole partidária. Mesmo que fossem, não nos parece que o governo ou qualquer órgão governamental se possa escusar a assumir as suas responsabilidades perante os partidos. Por outro lado, perguntamos: as muitas dezenas de exposições e denúncias feitas ao governo pelos trabalhadores e seus órgãos, são todas de índole partidária? Nós, podemos assegurar que não. Assim como podemos garantir que, exposições e denúncias formais documentadas e comprovadas feitas há meses ao governo e ministério das finanças por trabalhadores, na sua condição de trabalhadores profissionais honestos, anti-fascistas e defensores da Constituição, têm merecido da parte do governo e ministério das finanças o mais sepulcral silêncio. Portanto, não nos deixamos distrair e iludir com frágeis, infantis e falsos argumentos.

Responde o ministério das finanças com o já célebre "sigilo bancário". Sigilo bancário esse que nunca foi cumprido até onde o podia e talvez devia ser cumprido, e é agora apregoado e aperfeiçoado na tentativa de punir os trabalhadores que melhor zelam pela Banca Nacionalizada, pela economia do País, pelos interesses nacionais, pelo cumprimento da Constituição e dar em simultâneo cobertura aos corruptos que ao longo de algum tempo têm defraudado em milhões os cofres da Banca e da economia nacional pondo sin eles em causa os postos de trabalho dos bancários e de outros trabalhadores e a economia dos utentes da Banca.

O sigilo que interessa aos milhares de trabalhadores bancários, a todos os trabalhadores assim como a milhões de utentes da Banca, não é o sigilo que interessa a umas centenas de corruptos e fraudulentos desses mesmos interesses.

## Fundação Cuidar o Futuro

O nosso Boletim, todos os responsáveis e principais colaboradores, lutarão por todos os meios constitucionais pela defesa da Banca Nacionalizada contra a corrupção, fraude e má gestão. Serão solidários com todos os trabalhadores vítimas de repressão, não deixarão de alertar os trabalhadores de todos os sectores e o povo em geral. Não deixarão de continuar a exigir de qualquer governo a plenitude das suas responsabilidades e apelarão oportunamente neste sentido a todos os órgãos de soberania, garantes do cumprimento da Constituição.

### CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA

#### Artº83º

- 1- Todas as nacionalizações efectuadas depois de 25 de Abril de 1974 são conquistas irreversíveis das classes trabalhadoras.





## OS TRABALHADORES E AS QUESTÕES SOCIAIS

Ao falarmos dos aspectos sociais de um país, não podemos esquecer a "Declaração Geral dos Direitos do Homem" aprovada em Dezembro de 1948, tantas vezes evocada e defendida por muitos de nós.

A segurança social é considerada por qualquer homem como elemento fundamental da vida. Não há quem não deseje e não reivindique uma possibilidade real de desenvolver as suas capacidades físicas e mentais, de trabalhar e participar no plano social. Cada um como um elemento fundamental da vida. Cada um deseja alcançar e manter um nível de vida adequado para si e para a sua família. Cada um espera ter assistência na doença e um fim de vida cheio e materialmente seguro.

Por conseguinte a garantia das condições elementares de vida, é um factor determinante na atitude do cidadão para com a ordem estatal em que vive.

O desenvolvimento da economia resulta no interesse das pessoas, com o objectivo de satisfazer cada vez mais e melhor as suas crescentes necessidades materiais e culturais. Tudo aquilo que a economia produz terá de ser para benefício de todos. Esta conexão entre o desenvolvimento económico e as necessidades vitais do homem, do trabalhador, é o que antes de tudo fundamenta a segurança e a assistência para todos os cidadãos. A segurança social estende-se a todas as etapas da vida do cidadão e a todos os campos do desenvolvimento da personalidade.

No entanto, será um lógre falar-se em segurança social enquanto cada membro da sociedade não tiver garantido o direito ao trabalho. Através do trabalho o cidadão ganha o seu sustento, deverá desenvolver os seus talentos e o seu carácter, e consequentemente ocupar o seu lugar na sociedade.

Os trabalhadores terão de deixar de ser apenas produtores, mas também co-proprietários e participantes no exercício do poder. O trabalho humano deverá tornar-se uma actividade livre e criadora ao serviço da acumulação progressiva de riqueza social, que por seu lado, beneficiem a sociedade e o individuo.

Quando se pretende pôr em causa a produção dos trabalhadores, ao falar-se em que estes mesmos trabalhadores, e em determinados sectores de actividade, obtêm e só reivindicam aumentos salariais, isto é falsear a questão de fundo. O rendimento nacional, a produção de mercadorias industriais ou outros bens essenciais ao País e que são bases económicas de uma politica social, terão de ter o acompanhamento dos aspectos sociais do trabalhador e de todo o cidadão ou seja, uma ampla politica social.

As medidas sociais são expressão de um real humanismo socialista que deverá ser firmemente implantado.

Na vida do trabalhador o direito ao trabalho está intimamente ligado a outros direitos fundamentais do cidadão: o direito à educação, o direito à habitação, a tempos livres, ao desenvolvimento cultural e artistico, aos transportes, a uma verdadeira politica de saúde e o direito a uma segurança social dignificante.





"CAMPAÑA DE SOLIDARIEDADE DE TRABALHADORES PARA TRABALHADORES"

Lista dos artigos recebidos

	<u>SALDO ANT.</u>	<u>REC.</u>	<u>SALDO ACTUAL</u>
Roupa de homem -----	37 peças	11	48 peças
" " mulher -----	95 "	16	111 "
" " criança -----	160 "	101	261 "
Calçado de homem -----	2 pares	2	4 pares
" " mulher -----	4 "	3	7 "
" " criança -----	8 "	3	11 "
Cadernos escolares -----	24	10	34
Pastas escolares -----	2	2	4
Livros de leitura -----	13	10	23
Malas de criança -----	3	2	5

Todos estes artigos têm sido entregues periódicamente às famílias com maior numero de agregado familiar e consequentemente mais necessitadas.

Tem sido este o nosso método.

A satisfação destes amigos ao constatarem a solidariedade dos trabalhadores da cidade com os trabalhadores do campo, tem sido de tal forma significativa que, só por si nos incentiva a continuar e simultaneamente a apelar a todos os leitores do Boletim para o seu contributo que faz falta às pessoas de tão escassos recursos.

COLABORAÇÃO

Tem o Boletim sido alvo das mais variadas apreciações, o que para nós, responsáveis e principais colaboradores tem sido altamente positivo.

Os ténas abordados, a sua determinação e a honestidade dos nossos principios têm tido o interesse dos que nos leem e até fruto de discussões altamente positivas... mas para o trabalho a que nos propuzemos desde o principio, vai sendo cada vez mais necessário o alargamento de ideias novas, ténas de interesse colectivo, consequentemente maior participação. É neste sentido que mais uma vez apelamos aos trabalhadores que nos leem para que cada vez mais nos enviem ideias ou artigos concretos.

O objectivo é que todos os trabalhadores leiam artigos de todos os trabalhadores.

P'lo "ESCLARECIMENTO"

*L. Reis*  
(Maria de Lourdes Reis)

